

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 4.764, DE 2001

Estabelece normas para a implementação das ações de qualificação e requalificação profissional executadas com recursos do Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR.

Autor: Deputado Pedro Celso

Relator: Deputado Laíre Rosado

I - RELATÓRIO

O PL n.º 4.764, de 2001, do ilustre Deputado Pedro Celso, estabelece regras para a implementação das ações de qualificação profissional, no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, reunidas no Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR.

O art. 1º determina restrições à contratação, via convênio ou outro instrumento pertinente, de entidades executoras de ações de qualificação profissional, que só podem ser selecionadas entre universidades, escolas técnicas, entidades sindicais e serviços de aprendizagem vinculados ao sistema sindical, entidades privadas de interesse público, bem como outras instituições comprovadamente especializadas em ensino profissionalizante.

O art. 2º determina que a contratação de tais entidades é sujeita à comprovação, por parte das mesmas, de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira e cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que proíbe

trabalho noturno, insalubre ou perigoso a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos.

O art. 3º veda a subcontratação, por parte da entidade conveniada ou contratada. O art. 4º veda nova contratação de entidades que tenham incorrido em atos ilícitos ou ilegais. O art. 5º elenca, por sua vez, as providências a serem tomadas pela União ou pelas unidades federativas, na hipótese de descumprimento ou irregularidade na execução das ações de qualificação profissional, que vão desde a notificação até a rescisão do contrato ou convênio.

Finalmente, o art. 6º trata do controle social das ações de qualificação profissional, que deverá ser feito mediante ouvidoria específica e pela disponibilidade de informações gerenciais, via Internet.

Em sua justificação, o Deputado Pedro Celso reconhece que, após o Ministério do Trabalho e Emprego e o Tribunal de Contas da União terem constatado irregularidades na aplicação dos recursos do FAT, no âmbito dos Programas Estaduais de Qualificação – PEQ, o Conselho Deliberativo do FAT *“aperfeiçoou os procedimentos utilizados, para conferir maior controle e transparência à execução dos cursos de qualificação e requalificação profissional”*. Não obstante, o autor da proposta crê ser necessário *“consignar em lei normas gerais de controle, (...) a fim de conferir-lhes maior coercitividade”*.

Esgotado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Diante dos episódios ocorridos no ano de 2000, em diversas unidades da federação, envolvendo fraudes na aplicação de recursos do Programa do Seguro-Desemprego em ações de qualificação profissional, é justa a preocupação do Deputado Pedro Celso com a ampliação dos controles sobre a contratação de entidades executoras dessas ações, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR.

No entanto, convém ressaltar que as providências sugeridas pelo ilustre Deputado Pedro Celso nos artigos 1º a 5º de seu projeto de lei já estão devidamente contempladas, e com maior detalhamento, na Lei n.º 8.666, de 31 de outubro de 1993, que *“Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”*.

Com efeito, o art. 1º da proposição sob exame pretende definir quais podem ser as entidades executoras das ações de qualificação profissional. O inciso VI do art. 40 da Lei n.º 8.666/93, contudo, prevê que o edital deverá conter as *“condições para participação na licitação”*, em conformidade, inclusive, com a *“comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação”*, segundo o inciso II do art. 30 da mesma lei.

Por sua vez, o art. 2º do PL n.º 4.764/01 inclui exatamente as mesmas exigências de documentação constantes do art. 27 da Lei n.º 8.666/93.

O art. 3º veda a subcontratação, ao passo que a chamada Lei de Licitações prevê, em seu art. 78, inciso VI, que constitui motivo para rescisão do contrato *“a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e no contrato”*. Portanto, a Lei n.º 8.666/93 permite ao contratante estabelecer se pode ou não haver subcontratação, no interesse da Administração Pública, não nos parecendo adequada a proibição, *ex ante*, dessa modalidade de execução.

Os arts. 4º e 5º do projeto de lei em epígrafe, por sua vez, estabelecem sanções às entidades executoras, pelo descumprimento das condições contratuais. Em relação a esse aspecto, a Lei de Licitações possui todo um capítulo dedicado às sanções administrativas e à tutela judicial, enumerando todas as penalidades cabíveis aos diversos casos de infração contratual.

Considerando, ainda, que o art. 116 da Lei de Licitações estabelece que as disposições dessa lei são extensivas aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração, e que o Ministério do Trabalho e Emprego afirma, em sua página na Internet, que *“os executores são selecionados e contratados em estrita*

observância aos ditames da Lei n.º 8.666/93”, a edição de lei específica versando sobre normas para a contratação de entidades executoras, no âmbito do PLANFOR, é perfeitamente dispensável.

Finalmente, o art. 6º da proposição sob análise intenta a criação de uma ouvidoria específica e a garantia de publicidade dos contratos feitos no âmbito do PLANFOR. Considerando que ambas as providências já foram espontaneamente adotadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que criou a ouvidoria do PLANFOR e tornou disponível o Sistema de Gestão das Ações de Emprego – SIGAE, via Internet, não nos parece também necessária a edição de lei específica para tratar da matéria.

Diante do exposto, somos pela rejeição do PL n.º 4.764, de 2001.

Sala da Comissão, em de de 2001.

Deputado Laíre Rosado
Relator